

PODER, CONHECIMENTO E VISUALIDADE NA GOVERNAÇÃO DE JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E FARIA NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (C. 1764 – C. 1769)

POWER, KNOWLEDGE, AND VISUALITY IN THE GOVERNANCE OF JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E FARIA IN RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (C. 1764 – C. 1769)

Mariana Pereira Gama¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a articulação entre as demandas governativas e as atribuições técnicas exercidas por José Custódio de Sá e Faria durante seu período enquanto governador da capitania fronteiriça e subalterna do Rio Grande de São Pedro. Busca-se compreender o lugar da produção de conhecimento, especialmente o cartográfico, no processo de implementação de uma “cultura visual institucional” enquanto projeto político e comunicacional, inserido em um plano maior de avanço do aparato institucional e expansão fronteiriça da América Portuguesa meridional. Para isso, a pesquisa se fundamenta no estudo da correspondência entre as autoridades das capitanias do Rio Grande de São Pedro e de São Paulo, bem como na análise da produção cartográfica referente ao Rio Grande. Verifica-se que o governador subalterno desempenhou o papel de vetor na produção e transmissão de saberes entre o território fronteiriço e as capitanias do sudeste.

PALAVRAS-CHAVE: capitania subalterna; Rio Grande de São Pedro; cultura visual institucional

ABSTRACT: This work aims to analyze the articulation between governmental demands and the technical assignments carried out by José Custódio de Sá e Faria during his tenure as governor of the subordinate frontier captaincy of Rio Grande de São Pedro. It seeks to understand the role of knowledge production, particularly cartography, in the implementation of an “institutional visual culture” as a political and communicational project, situated

* O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado intitulada “Poder e conhecimento: a trajetória governativa de José Custódio de Sá e Faria no Rio Grande de São Pedro (1764-1769)”, defendida em 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora de História da rede pública estadual (SEDUC-RS). Email: mpr.gama@gmail.com. ORCID: 0009-0002-1580-4792.

within a broader plan for the advancement of the institutional apparatus and the territorial expansion of southern Portuguese America. To achieve this, the research is based on the study of correspondence between the authorities of the captaincies of Rio Grande de São Pedro and São Paulo, as well as the analysis of cartographic production related to Rio Grande. It is observed that the subordinate governor served as a vector for the production and transmission of knowledge between the frontier territory and the southeastern captaincies.

KEYWORDS: subordinate captaincy; Rio Grande de São Pedro; institutional visual culture

Poder, conhecimento e governação subalterna

Este artigo propõe-se a analisar a articulação entre as demandas governativas e as atribuições técnicas exercidas pelo engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria durante seu período como governador da capitania fronteiriça subalterna do Rio Grande de São Pedro, a partir do compartilhamento de informações entre a sua governação meridional e a capitania de São Paulo. O objetivo é compreender o papel da produção de conhecimento, especialmente o cartográfico, no processo de implementação de uma "cultura visual institucional" que, enquanto projeto político e comunicacional, insere-se em um plano mais amplo, voltado para o avanço do aparato institucional e a expansão fronteiriça da América Portuguesa meridional.

O Rio Grande de São Pedro, caracterizado por sua posição fronteiriça e estratégica, conveniente aos interesses mercantis e defensivos de Portugal diante da presença espanhola, teve seu território incluído nas rotas exploratórias do centro-sul da América Portuguesa ao longo do século XVIII. A expansão institucional em direção à fronteira sul, mobilizada pela percepção geoestratégica do referido território por parte da Coroa portuguesa, materializou-se mediante o avanço do aparato administrativo ao sul da América portuguesa. Essa aproximação fazia-se necessária em virtude do aspecto fronteiriço da região, cujas tensões tendiam a se agravar diante dos diferentes movimentos de expansão. Dessa forma, a consolidação da autoridade régia se dava por meio do estabelecimento institucional sistemático, resultando na inserção do território do Rio Grande de São Pedro enquanto parte integrante da região colonial centro-sul,

cujos circuitos comerciais tinham no Rio de Janeiro seu ponto central de articulação (BICALHO, 2007, p. 30).

Tal centralidade do Rio de Janeiro derivava de sua posição meridional, especialmente favorecida após a descoberta do ouro. Isso levou a uma reconfiguração das rotas de exploração e comércio, assim como dos sistemas defensivos. Funcionando como um centro comercial crucial em uma rota que ligava a capitania do Rio de Janeiro a Luanda e Buenos Aires, e posteriormente aos centros das Minas Gerais e Colônia do Sacramento devido ao comércio de escravos e à mineração de ouro, eram os portos da capitania e a atividade dos comerciantes que estabeleciam as conexões entre o estuário do Rio da Prata e os entrepostos de escravos na África, solidificando a chamada "vocação atlântica" da capitania do Rio de Janeiro ao longo do século XVII. Sob essa dinâmica, enclaves como a Colônia do Sacramento e Laguna, seguidas pelo Rio Grande de São Pedro, haviam se tornado "dependentes e tributários – política, comercial e militarmente – do Rio de Janeiro" (BICALHO, 2007, p. 9).

A inser o do Rio Grande enquanto parte desse circuito centro-sul ocorre especialmente a partir da expedi o de José da Silva Pais, em 1737, durante a governa o de Gomes Freire de Andrada (1733-1763), pela qual se estabelece a cria o do forte de Jesus-Maria-José e a implementa o do primeiro governo no Continente por um comandante de dragões. Esse movimento de avanço institucional, caracterizado pela ocupa o dos Campos de Viamão e pela cria o da povoa o de Rio Grande (1737), consolidou a presença portuguesa na região localizada entre a Colônia do Sacramento e a vila de Laguna ao estabelecer um modelo híbrido de coloniza o que estava baseado na organiza o militar e na cria o de uma colônia de povoamento (KÜHN, 2007, p. 117). Dessa forma, para um primeiro momento, o que se tem   a atribui o do estatuto jurídico de comand ncia militar para o Rio Grande de São Pedro, cujas instâncias governativas se estruturariam apenas em 1751, a partir da eleva o da povoa o de Rio Grande   condi o de vila, que se tornou sede da comand ncia.

Enquanto comandância, a principal autoridade metropolitana no Rio Grande era o comandante militar, cujas atribuições civis tendiam a prevalecer sobre as demandas militares, de modo que aquele passou a deter considerável poder de decisão nesse período, por vezes escapando ao controle central. O pedido de Gomes Freire pela substituição do comandante Pascoal de Azevedo pelo Coronel Tomás Luis Osorio no governo do Rio Grande demonstra a preocupação com a condução do governo na região (ANDRADE, 1759). Embora o Coronel houvesse sido anunciado, Gomes Freire destacava sua desconfiança com relação aos “caprichos invencíveis” de Osorio e o fato deste ter “dois irmãos e parentes” no governo do Rio Grande, de modo que era necessário um controle externo representado por um “oficial capaz e independente do dito Coronel” que o acompanhasse. Sugeriu, ainda, o nome de Ignácio Elói de Madureira para o governo do Rio Grande ou da Ilha de Santa Catarina, pois julgava-o apto após uma experiência de governo em Santos na qual executou “com acerto e grande atenção” as ordens do vice-rei, além de haver obtido experiência em expedições de reconhecimento territorial.

A elevação do estatuto do Rio Grande de São Pedro à capitania em 1760, acompanhada da nomeação de Ignácio Elói de Madureira ao cargo de governador, sugere a importância atribuída ao controle normativo e à preservação do aspecto hierárquico da governação. Com a modificação do estatuto jurídico, consolidava-se a incorporação do Rio Grande de São Pedro enquanto unidade política da América Portuguesa. Conforme apontado por Mônica Ribeiro (2006, p. 158), a partir dos escritos de Dauril Alden,

o Rio Grande tinha papel fundamental dentro da política ultramarina portuguesa na América, visto que era uma região essencial para o acesso ao Prata, funcionava como proteção para a área das Minas, e era importante local de comércio. Nesse sentido, podemos destacar que o Rio Grande de São Pedro, assim como toda a região centro-sul, tinha forte vinculação econômica e social com o Rio de Janeiro.

Essa vinculação com o Rio de Janeiro consolidava-se no caráter subalterno adquirido pela governação do Rio Grande de São Pedro que, dentro do sistema pluricontinental da monarquia portuguesa, ficava determinada a responder diretamente ao Rio de Janeiro, de modo que se desenvolvia uma

dinâmica de irradiação de poder oriunda da capital do Estado do Brasil em direção às demais esferas de poder do restante da região centro-sul dando forma a verdadeiras redes de articulação institucional, contribuindo para o equilíbrio de poderes a partir da manutenção do aspecto hierárquico da administração. Tal aspecto está fundamentado no modelo de expansão adotado pela Coroa Portuguesa baseado na ocupação e dominação territorial, em que a “conquista”, enquanto uma das formas de integração política em contextos de expansão, configura-se enquanto um produto da transferência do ordenamento jurídico português, de modo que as características de cada espaço influenciavam diretamente nos *status* a eles delegados.

Assim, o estatuto jurídico-administrativo de uma capitania era definido a partir dos desígnios metropolitanos que envolviam questões estratégicas, de conjuntura e características locais. No caso do Rio Grande de São Pedro, a condição fronteiriça tornava-se determinante para o modo pelo qual se conduziria a gestão territorial, uma vez que a efemeridade das jurisdições exigia projetos de defesa e militarização, o que dependia tanto do estabelecimento de um governo próprio que afirmasse a autoridade metropolitana, quanto da conciliação com os núcleos de poder locais², os quais geravam desconfiança das autoridades coloniais em função do seu papel na constituição de milícias (FRAKDIN, 2009, p. 88). Nesse sentido, embora o controle institucional fosse um aspecto essencial, pautado no equilíbrio entre poderes a partir da manutenção das hierarquias dentro do sistema da monarquia pluricontinental, fazia-se necessária ainda certa flexibilidade administrativa, representada pela criação da unidade jurisdicional nas regiões onde o poder central, por questões logísticas, não podia atuar diretamente. Nesse sentido, os desígnios metropolitanos influenciavam diretamente no perfil dos governantes que, uma

² Segundo Fradkin, ao analisar o processo de militarização da região meridional da América Portuguesa, “en esta frontera el ejercicio de la autoridad, el recrutamento para las tropas de línea, su abastecimiento y la movilización de las milicias dependían casi completamente de la colaboración de los núcleos locales de poder. Esa frontera sur era imprecisa, móvil y permeable y las dificultades para afirmarla se debían ante todo a que se intentaba imponer en un espacio en el cual no había diferencias marcadas em cuanto a los patrones demográficos, sociales y productivos que se intentaba bajo la jurisdicción de ambos impérios.” Cf.: FRADKIN, 2009, p. 89.

vez responsáveis pelo “governo” enquanto atividade executiva e de gestão, representavam o poder metropolitano nos espaços de conquista.

Para o caso da capitania aqui em questão, a tendência observada demonstra que o perfil de seus governantes compreende um tipo social centrado no exercício de atividades militares e de reconhecimento territorial (KÜHN, 2012, p. 330). Essa tendência se insere enquanto parte de um processo que, ao longo do século XVIII, envolveu a modernização do ensino nas Academias Militares de Portugal e a nomeação de governadores ultramarinos que possuíam conhecimentos em engenharia militar, sendo responsáveis pela aplicação do conhecimento técnico e cartográfico nas atividades administrativas que desempenhavam, configurando um novo “tipo social” que, conforme destacado por Jaime Cortesão, congregava o desempenho de atividades técnicas, políticas e de gestão. Segundo uma estimativa deste mesmo autor, “quinze ou dez anos antes da celebração do Tratado de Madri, todos os postos-chaves do Brasil, ou são ocupados por engenheiros, ou por governadores que se fazem acompanhar de engenheiros ou cartógrafos” (CORTESÃO, 2001, p. 320). Para o caso de um território fronteiriço em constante litígio como o Rio Grande de São Pedro, a escolha de governadores qualificados em conhecimento técnico e cartográfico, além de militar, fazia parte de uma agenda imperial que priorizava a edificação de fortalezas militares, o estabelecimento de províncias e o mapeamento territorial.

Sob esses critérios, a nomeação do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria para o cargo de governador do Rio Grande de São Pedro ocorreu em um período marcado pelo acirramento de tensões ocasionado pela ocupação espanhola do Rio Grande (1763). Formado pela Academia Militar das Fortificações de Portugal, Sá e Faria fazia parte de uma geração de técnicos cuja habilitação se deu a partir das reformas científicas implementadas por Manuel de Azevedo Fortes, materializadas em novos manuais e espaços de formação. Essas reformas faziam parte dos planos de investimento da Coroa portuguesa em conhecimento, visando aprimorar a cultura cartográfica em Portugal. Assim, ao chegar na América Portuguesa na década de 1750, Sá e

Faria atuou na região meridional durante as expedições de demarcação do Tratado de Madrid como demarcador e cartógrafo, de modo que adquiriu conhecimento tanto do território do Rio Grande de São Pedro quanto de suas gentes, o que o notabilizou para atuar na governança da capitania a partir de 1764.

A designação de Sá e Faria ao cargo de governador subalterno pelo vice-rei Conde da Cunha acompanhou a atribuição do primeiro regimento da capitania, composto por 22 capítulos e centrado na defesa e ocupação territorial³. Isso porque o emprego de recursos normativos como os regimentos servia como forma de articular o processo de institucionalização da região, uma vez que esses documentos eram empregados com o objetivo de orientar e delimitar o espaço de atuação de administradores subordinados, isto é, estendendo o poder metropolitano, mas sem necessariamente impedir o exercício da autonomia necessário aos contextos locais. Sob essa lógica, e para além dos instrumentos jurídico-normativos, a comunicação constituía um elemento essencial para a gestão imperial, sendo o meio pelo qual a prática administrativa era operacionalizada. No que tange à capitania do Rio Grande de São Pedro, uma vez estabelecida a subordinação, essa comunicação passou a se dar, em primeiro grau, com a capitania do Rio de Janeiro, cujo vice-rei era o responsável pela mediação da correspondência entre a metrópole e as capitanias de *status* subalterno.

Não obstante a centralidade da capital, a governação do Rio Grande de São Pedro se reportava também a outras localidades com as quais compartilhava questões econômicas e defensivas, como a capitania de São Paulo. Tais circuitos de comunicação estavam orientados pela lógica hierárquica que regia o equilíbrio de poderes do sistema político da Coroa portuguesa, proporcionando a integração dos diferentes espaços que compunham o Império Português. Sob esse aspecto, poder e conhecimento estavam estritamente relacionados, de modo que os oficiais régios se tornavam

³ Cf. REGIMENTO, 1764.

“centros de produção e transmissão’ tanto de poder, quanto de saberes, de conhecimento” (GOUVÊA; FRAZÃO; SANTOS, 2004, p. 102). Nesse sentido,

As ‘trajetórias administrativas’ servem, portanto, como espaço privilegiado para se pensar tanto a forma de ser, quanto a eficácia dos oficiais régios enquanto instrumentos de conhecimento, bem como a natureza das práticas administrativas que tornaram possível a formação do complexo imperial português. (GOUVÊA, FRAZÃO, SANTOS, 2004, p. 103).

Comunicação intercapitanias e cultura visual institucional

Ao longo da governação de José Custódio de Sá e Faria, conformou-se um circuito de comunicação intercapitanias entre a governação do Rio Grande de São Pedro e a capitania de São Paulo, representada pela figura de Dom Luis de Souza, o 4º Morgado de Mateus. Esse circuito se pautou na transmissão de informações acerca da situação de litígio em que a capitania fronteiriça se encontrava em função da ocupação espanhola da vila de Rio Grande. Sob esse cenário, o papel da capitania de São Paulo era contribuir para os planos de defesa da fronteira sul mediante o envio de forças militares efetivas ao Rio Grande⁴. Com uma relação pautada no compartilhamento de problemas militares e econômicos, a comunicação que se estabeleceu entre Sá e Faria a figura de D. Luis de Souza tinha dentre seus pontos centrais a produção cartográfica do governador subalterno, cujo aspecto visual complementava a descrição dos eventos transcorridos na capitania do Rio Grande. Essa demanda pela visualidade dizia respeito às necessidades da metrópole, que buscava desenvolver uma cultura cartográfica sob moldes imperiais, especialmente no que diz respeito a implementação de uma “cultura visual institucional”.

⁴ Tal cooperação não esteve imune a intercorrências, uma vez que D. Luis de Souza viu na conjuntura de invasão espanhola uma oportunidade para o avanço sobre a Província do Paraguai por meio de um projeto estratégico que envolvia a fortificação da região Oeste da América Portuguesa em detrimento do envio de forças militares ao Rio Grande de São Pedro. Sobre o plano de defesa pelo Oeste, Bellotto (2007, p. 230) salienta: “Da efetiva expedição de tropas para o Viamão não há documentação considerável, o que leva a crer que aquele envio, desde São Paulo, não tenha sido muito significativo, pelo menos até 1775. Podemos afirmar que tal fato prova justamente o quanto o Morgado de Mateus via maior proveito na ação de combate ao espanhol no Oeste do que na área rio-grandense. Na verdade, a proteção ao Sul não precisava ser feita, necessariamente, através do envio de soldados. A consolidação da defesa do litoral, assim como o povoamento dos caminhos podiam ser formas de participação na mesma causa”.

Segundo o estudo de Denise Moura (2021), a ideia de uma cultura visual institucional está relacionada com a busca da Coroa portuguesa pela superação do déficit de conhecimento sobre as regiões fronteiriças e interioranas, o que mobilizou a transposição de uma “cultura visual colonial” para uma “cultura visual institucional”, isto é, a apropriação de memórias espaciais e sua sobreposição pelos moldes imperiais. Assim, uma vez que “os Estados da época moderna [...] foram dependentes dos agentes sociais nas colônias e construíram suas ficções de Estados soberanos apoiados em seus conhecimentos geográficos e à custa de muita negociação” (MOURA, 2021, p. 13), as representações espaciais oriundas da cultura visual indígena, jesuítica e sertanista eram as principais bases para o conhecimento produzido pelos agentes imperiais, responsáveis pela tradução dessas memórias espaciais para uma “agenda imperial” e pela comunicação desse conhecimento para a Coroa. Nesse sentido, “era justamente comunicar por desenho, ou seja, construir uma cultura visual das terras do interior de uma região ibérica” (MOURA, 2021, p. 24), processo esse que envolvia a alteração de enunciados nos mapas, o emprego de toponímia portuguesa e a manipulação visual dos espaços coloniais, com o objetivo de imposição da soberania.

Conforme tratado anteriormente, parte desse processo envolveu a aplicação do conhecimento técnico e cartográfico na prática administrativa pelos próprios administradores ou pela presença de auxiliares habilitados pela engenharia militar. Em seu trabalho, Moura discute o caso do governador da capitania de São Paulo, D. Luis de Souza, que aplicou, ao longo de sua prática administrativa, uma estratégia política e comunicacional baseada na utilização da visualidade para representar e descrever os territórios, empreendimentos e dinâmicas coloniais. Desse modo, tem-se os governadores enquanto mediadores no processo de incorporação de memórias espaciais e concepção de uma cultura visual institucional.

A escolha de D. Luis de Souza como governador da capitania de São Paulo fez parte, portanto, de um plano mais amplo de fomentar o desenvolvimento de uma cultura visual institucional das terras platinas diante das pressões dessa cultura visual preexistente e para superar o déficit do Império

de registro visual dessa região de soberania incógnita ocupada por grupos indígenas autônomos ou missionados, percorrida por sertanistas e que, desde o século XVII, anunciava ser rica em jazidas auríferas e de diamantes (MOURA, 2021, p. 25).

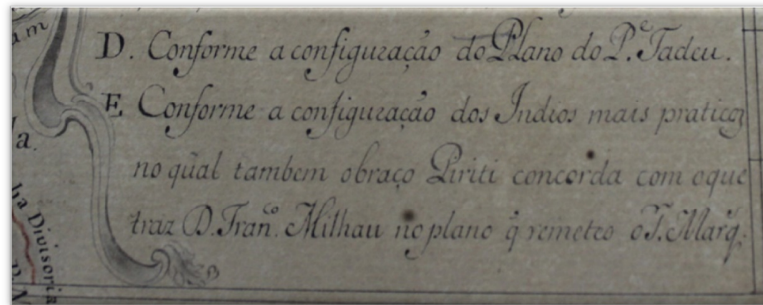
De modo muito semelhante, a designação de um oficial habilitado nas técnicas da engenharia militar para o governo de uma capitania fronteiriça não se desconectava da conjuntura de recrudescimento dos conflitos na região meridional que punham o Rio Grande de São Pedro como principal fonte das inquietações da Coroa portuguesa. Enquanto alguém dotado de profundo conhecimento do território meridional, Sá e Faria tornava-se uma presença estratégica na região, uma vez que poderia desempenhar o papel de vetor na elaboração e compartilhamento de conhecimento espacial, especialmente se levado em conta que sua experiência anterior nas expedições de demarcação territorial do Tratado de Madrid possibilitou um primeiro contato com uma cultura visual colonial, expressa na cartografia jesuíta e no conhecimento territorial de práticos indígenas⁵.

Evidências desse contato podem ser encontradas na produção cartográfica de Sá e Faria anterior ao seu período de governação na capitania. Datado de 1758, período referente às demarcações do Tratado do Madrid, o mapa *Demonstração do Rio Ybicuy* (Figura 1) contém em sua legenda as referências utilizadas no processo de mapeamento, referindo-se a aspectos visuais do mapa que foram elaborados “conforme a configuração do Plano do Padre Tadeu”⁶ e “conforme a configuração dos índios mais práticos”. Esses elementos ilustram alguns dos métodos utilizados para a elaboração dos mapas, demonstrando de maneira explícita como se dava a construção do conhecimento espacial e a transposição de uma cultura visual colonial – baseada no conhecimento indígena e na cartografia jesuítica – para uma agenda imperial.

⁵ Sobre a intervenção indígena na cartografia, conforme destacado por Neumann e Barcelos (2022, p. 130), “é preciso considerar que a cartografia cuja autoria inegavelmente é atribuída a jesuítas também se faz valer da participação indígena. Difícil conceber um mapa traçado por um religioso da Companhia que se dedique a cartografar um território indígena e não conte com informações destes em seu desenho final”.

⁶ Referência ao padre jesuíta Tadeu Enis, cuja produção cartográfica serviu de base para a produção cartográfica de Sá e Faria durante as expedições de demarcação do Tratado de Madri (1750). Cf.: Diário da 1ª partida da demarcação de 1752. In: JÚNIOR, 1935, p. 63-64.

Figura 1 - Detalhe da Demonstração do Rio Ybicuy e braços que o formão



Fonte: Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro. Cartografia fotografada.

O emprego de recursos visuais pela Coroa portuguesa tinha como objetivo reforçar argumentos diplomáticos e representar os territórios segundo seus desígnios, utilizando-se de discursos espaciais enquanto instrumentos “fixadores da visualidade”. Dotados de caráter intrinsecamente retórico, os mapas são confeccionados a partir de interesses políticos e, por meio de seus elementos visuais e do próprio “silenciamento” de informações, são representações de poder. Nesse sentido, essas representações visuais devem ser lidas não como ilustrações neutras do espaço, mas como ferramentas políticas que fazem parte de um processo maior de mapeamento que é indissociável das relações de poder. Os mapas são, neste ponto de vista, “uma forma de poder-conhecimento” (HARLEY, 1992).

Isto posto, ao longo da governação de Sá e Faria no Rio Grande de São Pedro, a habilidade cartográfica e o conhecimento espacial do governador sobre o território meridional foram frequentemente reivindicados por D. Luis de Souza, cujo empenho na produção de conhecimento cartográfico justificava-se pelo fato de considerar “indispensável a um General o perfeito conhecimento do País em que há de mandar”. Em função disso, ao estabelecer sua primeira tentativa de contato com o governador Sá e Faria, D. Luis fazia um apelo salientando desde aquele momento que

me vejo totalmente destituído de toda a notícia neste particular e não só faltam aqui Cartas Geográficas, mas também, quem a Saiba fazer em cujos termos sou precisado a valer-me de Vossa Senhoria e do seu préstimo pedindo-lhe que [...] me comunique as noções que tiver desses Sertões

[...] das suas confinantes e [...] navegação e formalidade de seus Rios (MOURÃO, 1765)

Com base em seu conteúdo, a comunicação estabelecida entre esses dois governadores sugere que a cartografia da época desempenhava um papel fundamental nas redes de poder e conhecimento. Em seu primeiro contato, o Morgado de Mateus expressava a importância do intercâmbio de informações não só por ser necessário para a boa condução dos projetos de auxílio defensivo, mas para o reconhecimento do território em disputa por meio de elementos visuais. Entretanto, passados sete meses da sua solicitação por informações acerca do cenário em que se encontrava a capitania do Rio Grande de São Pedro, D. Luis comunicou ao governador Sá e Faria que “me vejo obrigado a declarar-lhe que esta diligência não é em mim pura curiosidade, mas sim indispensável obrigação para poder executar, e dar cumprimento as ordens que tenho de Sua Majestade” (MOURÃO, 1766a).

A resposta do governador do Rio Grande, contudo, já havia sido elaborada um mês antes do último aviso, em janeiro de 1766, mas chegaria apenas no mês de junho ao governador de São Paulo, acompanhada do mapa que havia sido solicitado, cujas características, nas palavras de D. Luis de Souza, representavam uma “obra tão exata como se esperava das claras ideias com que Vossa Senhoria em tudo faz conhecido o seu grande talento”. Ressaltava, ainda, que “todos [os mapas] quantos tenho visto na descrição destas Américas, é este para mim o mais estimável, não só pela delicadeza, e perfeição com que está fabricado, mas pela vastidão das essenciais notícias que nele se descobre, com toda a clareza, e fácil percepção”, mostrando-se entusiasmado com relação aos aspectos visuais do mapa remetido por Sá e Faria. Ao final do mesmo ofício, salientou:

Espero sempre boas notícias de Vossa Senhoria, e todas as demais que ocorrerem a importância do Real Serviço tanto pelo movimento dos nossos confinantes inimigos, como nas que puder alcançar mais descrição dos Territórios, e Países desta America, de que estimarei muito Vossa Senhoria me participe todas as notícias e todos os Mapas que puder, por ser a minha inclinação e curiosidade insaciável nesta matéria,

especialmente de tudo o que é obrado pelo inimitável pincel de Vossa Senhoria. (MOURÃO, 1766b)

A constante requisição de representações visuais que acompanhassem as informações textuais fazia parte, portanto, de um projeto de comunicação cujo propósito, segundo Moura, era “esclarecer as descrições, justificativas e argumentos do seu equivalente epistolográfico, ou seja, os ofícios” (MOURA, 2021, p. 18). Nesse sentido, a cultura visual “prioriza a visualidade, ou seja, sua construção, circulação, transmissão de dada informação e complementaridade com o documento escrito”, devendo-se ter em conta que “a visualidade corresponde a outra dimensão da cultura visual, a processual, e, portanto, obriga o observador a olhar tanto para o produtor como para o receptor do objeto visual” (MOURA, 2021, p. 15). Em relação ao circuito comunicacional aqui tratado, cabe destacar que o principal obstáculo para a sua análise diz respeito à separação dentro dos acervos documentais dos ofícios e das cartas geográficas que os acompanhavam, o que prejudica a investigação da cultura visual em sua totalidade. Apesar disso, pode-se perscrutar as motivações que impulsionavam a confecção e a circulação da cartografia por meio da correspondência. Em carta de agosto de 1766, D. Luis solicitava novos mapas a Sá e Faria, mesmo que configurassem cópias:

Todas as notícias que Vossa Senhoria puder alcançar dos nossos inimigos hei de estimar me as participe, como tão bem aqueles *mapas particulares*⁷ de que Vossa Senhoria não necessitar e mos possa mandar Copiar, ainda que não sejam com o trabalho e perfeição deste com que Vossa Senhoria me prendou, porque bem sei que Vossa Senhoria não tem tempo para isso [...] (MOURÃO, 1766c, grifos nossos)

Em correspondência posterior, agradecia o envio de novos mapas pelo governador do Rio Grande:

O Mapa de que Vossa Senhoria me fez mercê me tem servido muito para as minhas disposições, pelas grandes clarezas que nele acho para tudo. Do mesmo modo será este que Vossa Senhoria novamente me envia da Marinha, e Fronteira desse Continente, de que rendo a Vossa Senhoria as graças,

⁷ Os mapas particulares, assim como os topográficos, representam “sobre um plano uma pequena parte da terra, como por exemplo Lisboa, e seu termo, ou quando muito uma Província, como a Estremadura; e nestas Cartas particulares, além das Cidades, Vilas, Aldeias, Castelos, etc se representam os montes, os vales, os matos, as charnecas, e terras lavradas, planas, ou montuosas”. Cf.: FORTES, 1722.

segurando-lhe de que não há coisa de que eu faça tanto gosto, como destas curiosidades (MOURÃO, 1766d).

Tanto o conteúdo quanto o fluxo dessa comunicação, empreendida em um momento de acirramento de tensões territoriais na região meridional, demonstra a premência em superar a lacuna de conhecimento cartográfico sobre as regiões fronteiriças. Tal demanda exigia um compromisso contínuo dos governantes com a produção e transmissão desses conhecimentos que circulavam através da solicitação e compartilhamento de objetos visuais, os quais acompanhavam os relatórios sobre as condições das capitanias, evidenciando a importância fundamental dos mapas e dos planos na gestão dos territórios coloniais. Por parte da Coroa, a contratação de oficiais habilitados para o reconhecimento territorial e para elaboração de objetos visuais constituiu parte do investimento em uma cultura visual institucional, cuja produção de conhecimento seria utilizada para legitimar os avanços territoriais mediante a ocupação e descrição dos sertões e territórios fronteiriços da América Portuguesa. Tem-se, assim, a cultura visual institucional como um ponto de convergência entre o exercício administrativo e a atuação técnica dos oficiais metropolitanos, especialmente em se tratando da região centro-sul.

A fixação da visualidade sobre o Rio Grande de São Pedro

Em ofício datado de 25 de outubro de 1767, D. Luis de Souza parabenizava o governador Sá e Faria pela recuperação da Barra do Norte do Rio Grande, realizada a partir de uma ação militar contra os espanhóis em maio do mesmo ano e cuja repercussão fora alvo de controvérsias⁸. Na carta, o governador de São Paulo comentava sobre “circunstâncias de todo o sucedido na ação” que acompanhavam o “plano, e detalhe do ataque da Vila, e Guarda do Norte do Rio Grande”, enviados por Sá e Faria em 1º de julho de 1767, logo depois do ataque empreendido pelo governador subalterno. Ao se referir ao

⁸ Diante da conjuntura de ocupação pelos espanhóis, o ataque à Vila de Rio Grande, empreendida pelo governador Sá e Faria e por seu subordinado, José Marcelino de Figueiredo, tinha como objetivo a retomada do território ocupado pelo inimigo, mas obteve êxito apenas na recuperação da barra do Norte e criação do forte de São José. Embora a ação militar tenha gerado duras repreensões à conduta de Sá e Faria por conta do ataque intempestivo em um momento delicado para as relações diplomáticas entre os Impérios Ibéricos, a recuperação dos territórios era favorável aos interesses metropolitanos, tendo sido avaliada como “útil e necessária” pelo vice-rei Conde da Cunha. Cf.: CUNHA, 05/07/1767.

“plano” e “detalhe” do ataque, D. Luis presumivelmente fazia alusão ao “*Plano da V^a do Rio Grande e Detalhe que fez o Coronel José Custódio de Sá e Faria...*” (Figura 2), sob autoria de José Custódio e remetido ao governador de São Paulo. Esse mapa, acompanhado do *Exemplo geográfico da vila de Rio Grande de S. Pedro* (Figura 3), também elaborado por Sá e Faria, compõe parte da compilação de *Cartas topográficas do continente do sul e parte meridional da América Portuguesa*⁹, coletânea pertencente e reordenada pelo governador de São Paulo.

Sendo composta por 27 objetos cartográficos, a referida coleção consiste em um conjunto valioso de representações espaciais da região meridional da América Portuguesa que demonstram não só o empenho de D. Luis de Souza com a implementação de uma cultura visual institucional, como também a contribuição de Sá e Faria na transmissão desse conhecimento. Tal circuito de compartilhamento permite não só que se visualize os objetos de interesse, aqui representados pela produção cartográfica sobre a região centro-sul, como também os circuitos de transmissão que se constituíam a partir da circulação de objetos visuais, tendo em conta emissores e receptores. No caso aqui referido, trata-se de um circuito intercapitanias entre uma capitania subalterna (ainda que ao Rio de Janeiro) e outra hierarquicamente superior, cujo governante atribuía legitimidade ao discurso produzido pela engenharia militar. Sobre essa questão, segundo Moura,

uma estratégia discursiva do governador [D. Luis] na tradução da espacialidade sertanista para a agenda imperial era colocá-la em paralelo com a dos engenheiros militares, admitindo a existência da primeira, mas considerando ser mais certa a segunda, substituindo a fonte de embasamento [...] (MOURA, 2021, p. 31).

Assim, D. Luis de Souza alegava em ofício ao Conde de Oeiras, por exemplo, que

Neste mappa segui a opinião de José Custódio de Sá e Faria, porem há roteiros que figurão o Rio Tibagy e abaixo delle o Ivay. Outros figuram estes dois rios correndo direito a Paraná. Outros dizem ser o Tibagy o próprio Rio do Registro,

⁹ Cf.: CARTAS, 1775.

e a opinião que sigo me parece ser a mais certa (MOURA, 2021, p. 31)

Essas evidências demonstram, portanto, que a produção cartográfica de Sá e Faria se inseria em um cenário de crescente reivindicação pela produção de representações visuais sobre a região centro-sul, o que mobilizou o mapeamento sobre o Rio Grande de São Pedro e a fixação de uma visualidade sob moldes imperiais. O contexto de ocupação espanhola do Rio Grande mobilizou a elaboração de notáveis representações visuais sobre o território sob autoria de Sá e Faria.

Figura 2 - Plano da V^a do R^o Grande e Detalhe que fez o Coronel José Custódio de Sá e Faria [...]



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Figura 3 - Exemplo geographico da Villa do Rio Grande de S. Pedro, suas barras, e Guarda do Norte que se achava occupada pelo Hespanhóis, e lha fizemos abandonar, e occupamos em 6 de junho de 1767



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Exemplo dessa produção está no *Exemplo Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, & Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To...* (Figura 4), cujos elementos visuais constituem uma representação detalhada do território, destacando-se pela hidrografia. Conforme consta em seu enunciado, o mapa foi “elevado e desenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria”, o que sugere que, enquanto produto final, o mapa foi elaborado em um período posterior a governação do cartógrafo, quando Sá e Faria é elevado ao posto de Brigadeiro, mas a sua representação visual aborda o período da presença castelhana em Rio Grande, dado que no mapa estão retratados os territórios ocupados pelos espanhóis “desde o tempo da Guerra” (legenda “AA”), correspondente ao terreno que compreendia desde o sul da Lagoa Mirim até a vila de Rio Grande, e os territórios pelos quais os portugueses avançaram no

“tempo da mesma Guerra” (legenda “BB”), localizados a noroeste da Lagoa dos Patos.

Figura 4 - Exemplo Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, & Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To com o terreno adjacente a mesma Costa. Elevado, e descenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

No tocante ao espaço de avanço traçado pela legenda “BB”, que compreende a região entre o distrito de Viamão e de Rio Pardo, cabe ressaltar o predomínio dos topônimos portugueses, enquanto que para o restante da representação do espaço hidrográfico observa-se a manutenção da toponímia indígena (Figura 5). Essa atribuição toponímica denota uma tentativa de firmar a presença portuguesa em territórios conquistados ou reivindicados. Afinal, nomear era uma forma de dominar, e aplicar nomenclaturas em português significa impor a soberania lusa a partir do silenciamento ou da sobreposição de outras identidades ou memórias espaciais. Sobre essa questão, Iris Kantor (2009, p. 45-50) demonstra em seu estudo que, especialmente a partir do contexto do Tratado de Madrid, a “renomeação dos lugares e acidentes geográficos foi parte de uma política mais ampla de afirmação da soberania interna e externa da Coroa portuguesa no continente americano” com o objetivo de “constituir um instrumento de ocupação legal das fronteiras luso-espanholas no continente americano”. Assim, a nomeação via representação cartográfica configura uma manipulação da informação visual visando a aplicação de uma agenda imperial.

Figura 5 - Detalhe do *Exemplo Topographico*



Fonte: elaboração própria.

Outro exemplo de manipulação das representações espaciais está na *Demonstração do Caminho que vai de Viamão the a Cidade de S. Paulo* (Figura 6), mapa datado de cerca de 1767 (FARIA, 2011) e que expressa questões interessantes sobre a manipulação da linguagem cartográfica por agentes estatais. Embora no mapa não conste a sua datação, pode-se deduzir que a sua confecção esteja associada ao processo de negociação para a criação da vila de Lages – projeto mobilizado por D. Luis de Souza entre 1765 e 1768 e que implicava na alteração dos limites jurisdicionais da capitania de São Paulo e do Rio Grande de São Pedro do *Rio Canoas* para o *Rio Pelotas*, este último localizado ao sul da jurisdição estabelecida para o distrito e que receberia a nova vila, o que implicaria na diminuição do poder de jurisdição da capitania sulina – possibilidade que mobilizou o posicionamento da Câmara do Rio Grande e do próprio governador, para os quais o limite deveria ser mantido no Rio Canoas¹⁰.

Conforme o que se observa na imagem (Figura 7), a região de Lages, indicada pelo elemento “A”, é descrita enquanto “o lugar donde se quer fundar a nova Villa”, fazendo uma possível alusão ao projeto de fundação da Vila mobilizado por D. Luis. Já o elemento “B” representado no mapa indica a

¹⁰ ACORDÃO, 1767.

região do Rio Canoas, sob a descrição “rio donde se termina o Governo do Rio Grande”, indicação que ia ao encontro dos argumentos que defendiam este como sendo os limites da jurisdição do governador Sá e Faria. Um terceiro item, sinalizado pela letra “C”, refere-se ao Rio Tajuy como o “lugar donde a nova Villa ficaria mais cômoda para recorrer a Cidade de São Paulo”, sugerindo que o ponto ideal para a edificação de uma nova vila seria nos arredores da capitania de São Paulo, afastando-se dos limites jurisdicionais da capitania do Rio Grande de São Pedro. Por fim, o elemento sinalizado pela letra “D”, situado a sul do Rio Pelotas, corresponde ao Rio das Antas, cuja descrição é “lugar donde seria útil que Sua Majestade mandasse fundar uma Villa *fazendo-se a que se pretende para o Norte do Rio Canoas*”, de modo que se propunha que a vila pensada para a região de Lages fosse fundada ao norte da divisa entre as capitanias do Rio Grande de São Pedro e São Paulo, dentro do espaço de jurisdição dessa última.

Demonstração teria sido um esboço produzido pelo Sargento João Baptista (JACOBUS, 1996, p. 16).

Figura 7 – Detalhe da Demonstração...



É possível, nesse sentido, que se estabeleça uma ligação entre o mapa e o período de governação de Sá e Faria a partir desses elementos, tanto pelo seu conteúdo descritivo, conforme tratado, quanto pela semelhança na caligrafia do documento, que se assemelha muito à do governador. No entanto, não foram encontrados indícios que associem a figura do sargento Baptista à de José Custódio, o que traria mais esclarecimentos acerca do processo de produção do mapa. Com relação ao esboço que teoricamente serviu de base para a confecção da *Descrição*, sua identificação também não foi possível, mas é um aspecto relevante a se considerar dentro do processo de mapeamento, uma vez que sugere uma possível apropriação. Diante disso, sob a hipótese de que o governador tenha participado do processo de elaboração do mapa, destaca-se a possibilidade de que a linguagem cartográfica tenha sido utilizada como meio de comunicação dos limites de jurisdição da Capitania do Rio Grande de São Pedro, em contraposição ao projeto do governador da capitania de São Paulo. Embora não haja informações sobre a circulação do mapa ou de um texto corográfico que o acompanhasse, sua linguagem gráfica possibilita especular sobre os poderes que influenciaram seu processo de produção.

Considerações finais

A trajetória governativa de José Custódio de Sá e Faria na capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro ilustra que a demanda por conhecimento acompanhava a implementação dos projetos de defesa na região meridional da América Portuguesa. Em uma dinâmica comunicacional que impulsionava o compartilhamento de informações, a correspondência com a capitania de São Paulo estabeleceu um verdadeiro corredor de conhecimento que atravessava a região centro-sul da América Portuguesa. Tem-se, dessa forma, a figura do governador subalterno enquanto um vetor de produção e transmissão de saberes entre o território fronteiriço e as capitanias do sudeste, de modo que a sua habilidade cartográfica e engajamento com o conhecimento geográfico contribuíram para a elaboração de uma “cultura visual institucional” dentro de um projeto maior de expansão do aparato administrativo em direção às fronteiras meridionais do Império.

Referências

- ACORDÃO que se fez nesta Câmara. Rio de Janeiro – avulsos, cx. 79, docto. 7144 (Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate). 01/01/1767.
- ANDRADE, Gomes Freire de. Ofício ao conde de Oeiras. Rio de Janeiro - avulsos, cx. 57, doc. 5572 (Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate). 08/12/1759.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)**. Catálogo 1. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; IMESP, 2000.
- BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul-riograndense**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, vol. 1, 1973.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. – 2. Ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico Sul: séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, p. 20, 2007.
- CARTAS topográficas do continente do Sul e parte meridional da América portuguesa com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. conde de Bobadela ganhou aos

índios das missões do Paraguai. Recopiladas pelo governador e capitão general de São Paulo, dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão. [S.l.: s.n.], 1 atlas ms. (28f.): col., desenhado a nanquim; 42 x 49,5. (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro). 1775. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1321. Acesso em: 16/04/2024.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madri**. – Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v. – (Coleção memória brasileira).

CUNHA, Conde de. Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro – avulsos, cx. 81, docto. 7258 (Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate). 05/07/1767.

DEMONSTRAÇÃO Rio Ybicuy e braços que o formão Descenhado pelos matheriaes referidos na explicação por Jozé Custodio de Sá e Faria Tenente Coronel de Regimento de Artelharia do Rio de Janeiro. (Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro).

EXEMPLO Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, & Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To com o terreno adjacente a mesma Costa. Elevado, e descenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br>. Objeto digital: cart1033422. (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).

FARIA, Mara Dulce de. **Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

FORTES, Manuel de Azevedo. **Tratado do Modo o Mais Facil e Exacto de Fazer as Cartas Geographicas, Assim de Terra como de Mar, e Tirar as Plantas das Praças**. Lisboa, 1722.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 96–137, 2004.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the Map. In: **Passages**. Ann Arbor, Michigan: MPublishing, University of Michigan Library, 1992. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008/--deconstructing-themap?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 05/05/2024.

HEINZ, Flávio M.; AYMARD, Maurice (Orgs.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2009.

JACOBUS, André Luiz. **Resgate Arqueológico e Histórico de registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha - RS)**. (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 1996.

JÚNIOR, Leopoldo Nery da Fonseca. **Fronteiras do Sector Sul**, vol. 1, Editora Cruzeiro do Sul Ltda., Rio de Janeiro, 1935.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 17, n. 2, p. 39–61, 2009.

KÜHN, Fábio. Uma fronteira do Império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa/Ponta Delgada, n. 8, 2007.

KÜHN, Fábio. Os governadores da fronteira meridional: Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809). In.: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2012.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Aprendendo com roteiros a comunicar por carta geográfica: cultura visual institucional de sertões e fronteiras conquistadas (século XVIII). In: **Fronteras de la Historia**, v. 26, n. 2, p. 8–37, 2021.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício a José Custódio de Sá e Faria. Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, tomo LXXII, p. 24 (Arquivo do Estado de São Paulo). 28/07/1765.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício a José Custódio de Sá e Faria. Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, tomo LXXII, p. 184 (Arquivo do Estado de São Paulo). 14/02/1766a.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício a José Custódio de Sá e Faria. Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, tomo LXXII, p. 221 (Arquivo do Estado de São Paulo). 18/06/1766b.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício a José Custódio de Sá e Faria. Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, tomo LXXII, p. 232 (Arquivo do Estado de São Paulo). 16/08/1766c.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício a José Custódio de Sá e Faria. Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, tomo LXXIII, p. 7 (Arquivo do Estado de São Paulo). 30/09/1766d.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício a José Custódio de Sá e Faria. Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, tomo XXIII, p. 223 (Arquivo do Estado de São Paulo). 25/10/1767.

MOURÃO, D. Luis Antonio de Souza Botelho. Ofício ao Conde de Oeiras. São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia, cx. 25, docto. 2411 (Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate). Aproximadamente maio de 1768.

NEUMANN, Eduardo Santos; BARCELOS, Artur H. Franco. **A Razão gráfica missioneira**: escrita e cartografia indígena nas reduções da América colonial. Porto Alegre: Martins Editora, 2022.

REGIMENTO que há de observar o Cel. José Custódio de Sá e Faria no Governo do Rio Grande de São Pedro. Livro de Registro n. 163, fl. 167 (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul). 23/02/1764.

RIBEIRO, Mônica Da Silva. “**Se Faz Preciso Misturar o Agro com o Doce**”: A Administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763). (Tese de Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Recebido em: 13 de maio de 2024

Aceito em: 31 de outubro de 2024